

O SINDICALISMO DE ASSALARIADOS RURAIS NO BRASIL: ENTRE O CORPORATIVISMO E O PLURALISMO

Nadine Gerhardt Lermen¹
Everton Lazzaretti Picoletto²

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história do Brasil, os movimentos sociais camponeses foram recorrentes, porém, estes se intensificaram e diversificaram, inclusive com o surgimento de novos atores, a partir de meados do século XX. Os sindicatos de trabalhadores rurais desempenharam papel importante na projeção dessas lutas camponesas e são importantes vias de luta por direitos e por melhores condições de vida para os que vivem no campo (MEDEIROS, 1989).

Desde que a estrutura sindical rural foi regulamentada, em 1962, assalariados, pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, posseiros, entre outros grupos subalternos no campo foram enquadrados na categoria de trabalhador rural – representada pelo sistema sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) – segundo um modelo sindical corporativista autoritário. Entretanto, com o processo de modernização na agricultura, o agravamento das contradições sociais e as lutas pelo fim do regime militar nas décadas de 1970 e 1980, surgiram novas lideranças sindicais, mais progressistas e adeptas de novas formas de participação. No caso dos assalariados rurais, as greves e a sua organização têm início na década de 1960 e seus desdobramentos ocorrem até hoje, com a recente criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais (Contar), em 2015, e atual dissociação da categoria da estrutura sindical oficial da Contag (PICOLOTTO; MEDEIROS, 2016).

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: nadineg.lermen@gmail.com

² Doutor em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRJ e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: everton.picoletto@ufsm.br

Neste contexto, o trabalho tem como objetivo compreender as condições que tornaram possível a emergência de um espaço sindical específico de trabalhadores assalariados, bem como sua inserção nas relações entre Estado, capital, trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

O trabalho parte da teoria dos campos de Pierre Bourdieu, que nos diz que no campo político ocorre um jogo duplo, a disputa pela representação dos profanos e a disputa entre os jogadores, que é a luta simbólica por ideias, “*ideias-força*”, princípios que determinam a visão e a divisão do mundo social. Assim, o campo político é tanto um campo de forças quanto um campo de lutas, um espaço estruturado de posições sociais que se determinam reflexivamente (BOURDIEU, 1989). Essas lutas opõem pessoas dotadas de condições e poderes desiguais, capitais políticos desiguais. Também são utilizadas, para pensar a estrutura sindical brasileira, as teorias sobre o corporativismo, neocorporativismo e pluralismo, buscando compreender as relações entre Estado, capital e trabalho.

Com a finalidade de compreender a construção das relações sociais ligadas ao espaço sindical, prevemos sua construção conceitual desdobrada em três momentos analíticos, que mobilizam os conceitos de Pierre Bourdieu: a) Primeiro momento: a localização do microcosmo, do espaço sindical dentro do campo de poder, b) Segundo momento: Delimitação da estrutura interna do campo sindical, a fim de compreender a estruturação interna das relações entre agentes e instituições, c) Terceiro momento: construção das trajetórias sociais dos indivíduos que entram em concorrência no interior do espaço social sindical.

Enfim, procuraremos discutir de que forma os atores sindicais rurais constituíram um espaço social diferenciado dentro de um campo político marcado pela estrutura sindical oficial. Para tanto foram **realizadas entrevistas com os atuais dirigentes sindicais e consultas documentais e bibliográficas sobre o sindicalismo rural brasileiro, procurando compreender as relações sociais nesse cenário que se encontra entre o corporativismo e o pluralismo.**

3 RESULTADOS PARCIAIS

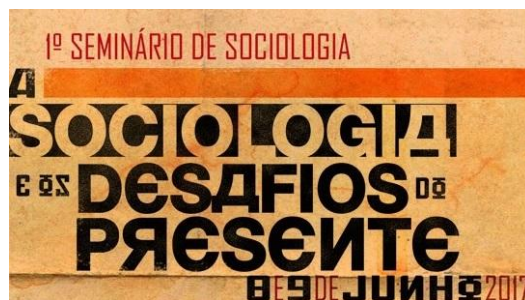
Devido à sub-representação dos assalariados dentro da estrutura oficial, criou-se, em 1989, a Federação dos Empregados Rurais Assalariados no Estado de São Paulo (Feraesp) e iniciam-se as lutas internas ao sindicalismo, entre a nova organização e a organização oficial, e as disputas judiciais pela representação dos assalariados. Tais disputas ocorreram, inclusive judicialmente, levando a uma situação em que exigiu respostas do Estado. A partir de 2014 o Ministério do Trabalho passou a entender que poderiam existir duas categorias sindicais de trabalhadores rurais: *agricultores familiares* e *assalariados rurais*. Com base nesta decisão e visando adequar-se ao novo contexto, a Contag optou por representar os agricultores familiares e dissociar a categorias dos assalariados rurais. Foram formados sindicatos de assalariados rurais e federações em seis estados. Com base nestas federações foi criada a Contar em 2015.

Com estes novos entes sindicais configura-se uma situação de concorrência pela representação dos trabalhadores rurais ou uma parcela deles. O surgimento dos sindicatos específicos vai de encontro ao modelo corporativista persistente, se aproximando de um cenário de pluralismo, caracterizado por maior liberdade de organização dos atores sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sub-representação dos assalariados na estrutura sindical oficial e a mobilização de determinadas lideranças foram determinantes para a formação de um sindicalismo específico. Sua criação contribui para a alteração da estrutura sindical brasileira, que passa a se aproximar de um modelo pluralista.

Este trabalho procurou contribuir com a discussão sobre os movimentos sociais do campo, as lutas dos assalariados rurais e sobre estrutura sindical brasileira e sua constituição no bojo dos conflitos da ação coletiva e dos processos



de reprodução e transformação das estruturas materiais e simbólicas da sociedade brasileira contemporânea.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

PICOLOTTO, E. L.; MEDEIROS, L. S. A representação política no sindicalismo rural: antigos e novos atores. **40º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu-MG, 2016.